

Povos Indígenas no Brasil

Fonte TRIBUNADA IMPRENSA Class.: 10

Data 12/03/82 Pg.: _____

Só os índios permitem exploração em sua área

MANAUS — O presidente da Funai, coronel Paulo Leal, disse ontem em Manaus que qualquer exploração de minérios ou atividades industriais em áreas indígenas só será feita com o prévio consentimento das comunidades indígenas, para evitar que surjam conflitos entre índios e brancos, como já ocorreu com os Sataré-Maué, no Amazonas, Gaviões, no Pará, e Suruí, em Rondônia. Paulo Leal informou que essa decisão corresponde a um anseio das comunidades indígenas, que desejam ser ouvidas quanto à conveniência econômica de qualquer exploração em suas reservas.

O presidente da Funai negou que a reserva indígena dos Walmiri-Atroari tenha sido invadida por uma empresa de mineração, para explorar uma jazida de cassiterita como denunciou há dias o Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Segundo a denúncia, parte da reserva indígena teria sido diminuída para permitir que a empresa de mineração tivesse acesso à jazida. "A empresa é a Paranapanema, disse mas sua atuação está fora da reserva", Paulo Leal observou que qualquer área indígena está aberta à visita de qualquer jornalista, "para que a imprensa possa ajudar a Funai a identificar os problemas e evitar futuros conflitos entre brancos e índios".

Segundo o presidente da Funai, o órgão tem-se preocupado bastante com a saúde do índio brasileiro, que, para ele, "vive hoje uma situação muito boa. Os problemas, os conflitos existem, mas estamos procurando solucioná-los da melhor maneira. A principal preocupação nossa hoje é preservar a integridade das reservas indígenas". O presidente da Funai veio a Manaus assinar vários convênios com algumas cooperativas indígenas para o desenvolvimento de projetos agrícolas e entregar um cheque de Cr\$ 5 milhões aos índios Sataré-Maué como indenização da Petrobrás pelos danos causados na floresta da reserva indígena do rio Andirá por uma empresa estrangeira, que estava fazendo prospecção de petróleo sob contrato de risco.

Para o presidente da Funai, a decisão do governo de interditar uma área de 7,7 milhões de hectares para a criação do Parque Yanomani, em Roraima, mostra que "o governo não é um genocida e que seu interesse é o de preservar a cultura indígena, sem deixar de lado a sua integração, que deve vir paulatinamente, para que os valores tribais sejam conservados". Paulo Leal disse ainda que o próximo passo para a criação do parque ou várias reservas Yanomani será a demarcação dos limites da área.